

Apostilamento em discussão, e votação adiada

17/08/2010



**Indicar para
um amigo**

A reunião ordinária, da Câmara Municipal, desta semana foi marcada por um grande debate em torno do Projeto de Lei nº 053/2010, de autoria do Prefeito Municipal, que revoga o artigo 49 da Lei nº 810/1991, que trata do apostilamento dos servidores municipais.

O apostilamento permite ao servidor, após trabalhar em alguns cargos comissionados por determinado período de tempo, manter sua remuneração mesmo voltando para o cargo de origem, ao qual prestou concurso.

O fim do apostilamento é uma batalha antiga do vereador Carlitos Alves (PDT), que vinha tentando convencer a antiga administração da Prefeitura a se pronunciar sobre o assunto. Uma vez que se trata de uma Lei que altera o orçamento municipal, só poderia partir de uma iniciativa do Poder Executivo.

Segundo o vereador, o apostilamento é uma prática que já foi abolida em âmbito federal, estadual e na grande maioria dos municípios do Brasil, justamente por se tratar de uma prática que só é de interesse de uma minoria, e acaba sendo usada com fins políticos.

Com a entrada da nova administração na Prefeitura, o projeto voltou à pauta e o prefeito Celito Sari redigiu e enviou a matéria à Câmara para votação. Porém, como a Lei irá alterar os vencimentos de muitos servidores públicos, foi motivo de grande debate entre os vereadores.

O vereador João Januário (PSDC) pediu sobrestamento do projeto, alegando que ele precisava ser melhor discutido, pois irá prejudicar vários servidores municipais. Porém, teve seu pedido negado pelos colegas por 7 votos a 3.

Os vereadores Antônio Elias (PMDB) e Luis Eduardo Salgado (PDT) também tentaram adiar a votação pedindo vistas ao projeto. Eles concordaram com o Vereador Marcos Nunes (PT) de que se podia adiar a votação para que eles montassem uma Comissão e procurassem o Prefeito para discutir sobre qual será o destino da verba que se irá economizar com o fim do apostilamento. A idéia do grupo é que essa verba seja destinada, de alguma forma, para a melhoria dos salários dos próprios funcionários.

Outra questão levantada pelos vereadores é sobre o número de pessoas que serão atingidas pelo fim do apostilamento. Atualmente, não existe nenhum tipo de estudo que aponte esses números.

O líder do Prefeito na Câmara, vereador João Batista (PR), afirmou que, mesmo sabendo que teria número suficiente para que o projeto fosse aprovado em primeira votação, e sendo um defensor convicto da necessidade do fim do apostilamento, ele iria pedir a retirada do projeto para que a comissão formada por seus colegas possa entrar em contato com o Prefeito Celito Sari e discutir suas idéias e propostas sobre o tema.

João Salame ressaltou que, na próxima terça-feira, o projeto volta para votação na Câmara, com as alterações propostas pela comissão de vereadores ou não.

A presidente da Câmara, vereadora Cristina Fontes (DEM), se posicionou dentro do debate tentando mediar as discussões e buscar uma solução satisfatória para ambas as partes, e elogiou a decisão do colega João Batista em retirar o projeto de Lei para que os demais vereadores pudessem discutir com o prefeito suas idéias.